

CORREIO ECONÔMICO

Reprodução site Dinelly contabilidade



Tensão com Fiscal e suspensão de leilões agravam mercado

Investidores do Tesouro Direto enfrentam 3º 'circuit breaker'

Em meio à instabilidade no setor de renda fixa, por conta da tensão que envolve a votação do pacote fiscal na Câmara dos Deputados, sem contar o cancelamento do tradicional leilão de títulos públicos, previsto para essa quinta-feira (19), os investidores do Tesouro Direto enfrentam o terceiro dia seguido de 'circuit breaker', mecanismo que interrompe as

negociações quando o mercado está passando por momentos críticos, como quedas bruscas de preços ou crises.

Já na manhã dessa quarta-feira (18), a negociação foi interrompida. No período entre 10h e 10h50, compras foram limitadas ao Tesouro Selic. Como na terça-feira (17), todos os 31 títulos IPCA+ foram negociados com juro real acima de 7%.

Dúvida

Fora tensão crescente com a votação do pacote fiscal na Câmara, agravada pela notícia do cancelamento, pelo Tesouro, do tradicional leilão de títulos públicos de quinta-feira (19), há dúvida se ocorrerão outros três leilões, de compra e venda de títulos, na sexta-feira (20).

Maior patamar

Com a disparada cambial 'puxando' os juros, a taxa prefixada superou 15% ao ano, até mesmo em vencimentos longos, o que configura o maior patamar da série histórica. Entre os ativos indexados à inflação, as taxas estão cada vez mais perto do "IPCA + 8%" ao ano.

Marcello Casal Jr. Agência Brasil



Eficácia cambial do BC será posta à prova novamente

Mesmo sem deter disparada do dólar, BC faz novo leilão

Depois de fracassar na tentativa de conter a disparada do dólar – cuja cotação já supera R\$ 6,20 – com a venda de US\$ 12,7 bilhões, desde a última quinta-feira (12), maior injeção de recursos no câmbio desde a pandemia, em março de 2021, o Banco Central (BC) volta hoje (19) ao mercado, com um leilão de venda à vista de

até R\$ 3 bilhões.

Pelas regras divulgadas pela autarquia, cada 'dealer' de câmbio poderá enviar até três propostas com o volume pretendido e o diferencial, com até seis casas decimais, a ser adicionado ou diminuído da taxa de venda Ptax do fechamento do dia. O resultado será divulgado em comunicado.

Peso

Analistas veem com preocupação a questão fiscal e o temor de que o pacote de corte de gastos do Planalto venha a ser, ainda mais, 'desidratado' pelo Congresso Nacional – alimentando, por tabela, a alta explosiva da dívida pública – poderão pesar nos negócios.

Estresse

"Um estresse financeiro muito grande", avalia o economista-chefe do Banco Master, Paulo Gala, para quem a resistência presidencial em promover uma "moderação fiscal" foi agravada por um pacote fiscal píffio e a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

Estoques

Decorridos seis meses, os estoques de produtos industriais voltaram ao patamar planejado pelas empresas, aponta a Sondagem Industrial da CNI, ao revelar que o estoque efetivo atingiu os 50 pontos no mês passado, o que não ocorria desde abril deste ano.

Desaceleração

Para o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, "a volta ao nível projetado sinaliza que o estímulo à produção industrial pode cair nos próximos meses, o que poderia desacelerar a atividade do setor, caso a demanda por bens industrializados perca força".

“Agente menor, o BC é refém da política fiscal”

Lisboa: governo não encarou 'problemas graves' nos gastos públicos

Reprodução redes sociais

Por Marcello Sigwalt

“Como agente ‘menor’, o Banco Central (BC) está refém da política fiscal”. A constatação provém do ex-secretário da Política Econômica do Ministério da Fazenda no primeiro governo petista e ex-presidente do Insuper, Marcos Lisboa, ao argumentar que a autoridade monetária ‘faz o que está a seu alcance’ para tentar devolver a inflação de volta à meta, “mas a pressão fiscal joga contra”. Ao tocar na ‘ferida’ dos problemas decorrentes da gestão errática da economia pelo Planalto, Lisboa entende que “o governo optou por não enfrentar problemas graves nos gastos públicos”.

Ao admitir que o BC sofre ‘efeito colateral’, assim como todo o país, da política fiscal, o ex-secretário entende que o ‘câmbio é reflexo’ e que a política monetária “é uma coadjuvante ágil do fiscal”. Em consequência, ele observa que os investidores estão mais pessimistas e preferindo outros países, uma vez que a saída de estrangeiros da bolsa brasileira



Para Lisboa, ‘fracassou’ a ‘crença’ do equilíbrio das contas públicas no médio prazo

este ano já supera recursos de R\$ 32 bilhões.

Sobre o ‘descompasso’ flagrante nas contas públicas, Lisboa classificou de disfuncional a gestão fiscal brasileira, assim vista como ‘âncora’ da política econômica, que ‘sustenta’ a economia no longo prazo.

Um agravante adicional, pontua o ex-secretário, o gasto

tupiniquim é 95% rígido, pois, após o fim do teto de gastos (regra fiscal que antecedeu o arcabouço atual), “algumas despesas voltaram a ser indexadas à receita. Além disso, voltou a indexação do salário mínimo, que está atrelado a uma série de benefícios previdenciários, hoje a principal despesa”.

Lisboa classificou de disfun-

cional a gestão fiscal, ‘âncora’ que ‘sustenta’ a economia no longo prazo.

Para o ex-presidente do Insuper conclui que ‘fracassou’ o quadro de solvência fiscal, mediante a ‘crença’ do equilíbrio de contas no médio prazo, sustentabilidade das contas e inflação sob controle, como no primeiro governo Lula”.

Crise cambial ‘afunda’ o valor do real

Já em alta firme e acima da linha de R\$ 6,20 ao longo da tarde, em razão da crise de confiança na política fiscal do governo Lula, o dólar à vista ganhou ainda mais força na última hora de negócios em sintonia com o exterior, após o anúncio da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA).

Com máxima a R\$ 6,2707, o dólar à vista fechou em alta

de 2,78%, a R\$ 6,2657 – renovando pico histórico nominal pelo terceiro pregão consecutivo. Desde a última vez que o dólar fechou abaixo de R\$ 6,00 no mercado doméstico (R\$ 5,9557), no último dia 11, a moeda já acumula valorização de 5,20%. No ano, o dólar ganha 29,10%.

O real apresentou de longe o pior desempenho entre as principais moedas globais, incluindo divisas pares de países

emergentes e de exportadores de commodities. Termômetro do comportamento do dólar em relação a pares, como euro e iene, o índice DXY subiu mais de 1%, ultrapassando os 108,000 pontos.

Como esperado, o Fed reduziu a taxa de juros em 25 pontos-base, para a faixa entre 4,25% e 4,50%. Mas a decisão não foi unânime. Houve 11 votos pela redução e 1 pela manutenção. Analistas chamaram

a atenção para o tom duro do comunicado e de falas do presidente do BC ianque, Jerome Powell.

Analistas observam que o real já amargava as piores perdas entre pares emergentes antes da decisão do Fed. Depois de vender US\$ 3,3 bilhões ontem em dois leilões à vista, o Banco Central não interveio no mercado cambial hoje, apesar de a taxa de câmbio ter superado R\$ 6,20 no início da tarde.

Bolsa amarga maior perda em dois anos

Site 1 bilhão



Maré de incerteza sobre rumo da economia derruba bolsa

caía 2,05% pouco antes da deliberação do BC americano, passou a ceder 3,40%, a 120.457,48 pontos, na mínima do dia renovada ao longo – e mesmo depois – dos comentários de Powell, então a caminho de sua maior perda desde 8 de setembro de 2021, no dia

seguinte ao discurso do então presidente Jair Bolsonaro na avenida Paulista, na celebração da data nacional com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No fechamento de hoje, o Ibovespa mostrava baixa de 3,15%, a 120.771,88 pontos,

no menor nível desde 20 de junho (então aos 120,4 mil pontos). Foi também a maior perda diária em porcentual desde 10 de novembro de 2022 (-3,35%), quando o temor era de que o ex-ministro Guido Mantega viesse a participar da equipe de transição para Lula 3. O dólar à vista, hoje a R\$ 6,2707 na máxima pós-Powell, concluiu o dia a R\$ 6,2657, em alta de 2,78%. Na semana, o Ibovespa cai 1,64% e, no mês, cede 3,90% – no ano, a queda é de 10%. O giro financeiro foi muito reforçado, em dia de vencimento de opções sobre o Ibovespa, de R\$ 83 bilhões.

Na B3, todas as ações de maior liquidez operaram em terreno negativo neste meio de semana, e apenas três das 87 componentes da carteira conseguiram sustentar ganho no fechamento da sessão: Marfrig (+1,81%), MRV (+1,54%) e Santos Brasil (+0,54%).

Desconfiança ‘alimenta’ a alta de futuros

Os juros futuros voltaram a fechar com alta expressiva. A manhã já tinha sido caótica, com taxas subindo em torno de 20 pontos-base, pressionada por fatores técnicos e ainda com a tensão fiscal e monetária no pano de fundo. À tarde, ampliaram a alta a mais de 50 pontos depois dos recados “hawkish” do Federal Reserve no comunicado da decisão e na entrevista de Jerome Powell. Na ponta curta, a precificação de

Selic terminal já bateu em 17%.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 encerrou em 15,38%, de 15,08% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2027 saltou a 15,84%, de 15,41% ontem. A taxa do DI para janeiro de 2029 terminou em 15,54%, de 15,11%.

A expectativa era de uma quarta-feira de menor estresse, considerando a aprovação de parte dos projetos fiscais e da

reforma tributária ontem no Congresso, além da decisão do Tesouro de atuar simultaneamente com venda e recompra de títulos, dando saída a detentores dos papéis no ambiente atual de baixo apetite pelo risco. Até meados da manhã a ponta longa até esteve bem comportada, mas depois o nervosismo voltou a tomar conta.

“Achei que seria um dia bom, até porque ainda teve a notícia de que vão botar o salá-

rio mínimo para votar mais tarde, provavelmente. Mas o dia mostra que um mercado totalmente não racional e sem mais fundamento. É um mercado de total desconfiança, que não dá mais credibilidade para o que o governo promete”, afirma a economista-chefe da B.Side Investimentos, Helena Veronese.

Ela lembra ainda que a escalada das taxas e do câmbio desafiou as falas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.